

## O TRABALHO FEMININO NO ESPAÇO RURAL

Rosani Marisa Spanevello<sup>1</sup>, Mariele Boscardin<sup>2</sup>, Luciana Fagundes Christofari<sup>3</sup>,  
Adriano Lago<sup>4</sup>, Tanice Andreatta<sup>5</sup>, Tailini Soares Botene<sup>6</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o trabalho feminino agrícola e não agrícola no estado do Rio Grande do Sul. Foram entrevistadas mulheres que trabalham com a produção de leite (atividade agrícola) e mulheres que trabalham em agroindústrias como assalariadas e com atividades autônomas (atividades não agrícolas). Os resultados apontam dinâmicas distintas de trabalho, gestão da atividade e renda das mulheres, conforme cada grupo. O trabalho não agrícola é visto por elas como autonomia, enquanto para as mulheres a produção agrícola é uma tradição na propriedade. O gerenciamento da atividade e da renda é, majoritariamente, feito pelas mulheres e seu cônjuge nas atividades agrícolas e, nas não agrícolas, somente pela mulher.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Gênero; Trabalho Feminino.

## FEMALE WORK IN THE RURAL SPACE

**Abstract:** This article discusses the agricultural and non-agricultural female work in the state Rio Grande do Sul. Women who work with milk production (agricultural activity) and those who work in agribusiness as wage earners and with autonomous activities (non-agricultural activities) were interviewed. The results show different dynamics of work, activity management and women's income, according to each group. Non-agricultural labor is seen as autonomy by these women, while for those of agricultural production, it is a tradition in the farm.

- 
- 1 Graduada em Agronomia – UFSM, Mestre em Extensão Rural – UFSM, Doutora em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Professora do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas e do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da UFSM, campus de Palmeira das Missões/RS.
  - 2 Graduada em Zootecnia – UFSM, Mestre em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Doutoranda em Extensão Rural – UFSM.
  - 3 Graduada em Medicina Veterinária – UFRGS, Doutora em Zootecnia – UFRGS, Professora do Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas e do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da UFSM, campus de Palmeira das Missões/RS.
  - 4 Graduado em Agronomia – UFSM, Mestre em Extensão Rural – UFSM, Doutor em Agronegócios – UFRGS, Professor do Departamento de Administração e do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da UFSM, campus de Palmeira das Missões/RS.
  - 5 Graduada em Ciências Econômicas – UNIJUÍ, Mestre em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Doutora em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Professora do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós Graduação em Agronegócios da UFSM, campus de Palmeira das Missões/RS.
  - 6 Graduada em Direito – URI, Mestranda em Agronegócios – UFSM.

---

-- ARTIGO RECEBIDO EM 17/05/2021. ACEITO EM 14/04/2022. --

Activity and income management is mostly done by women and their spouse in agricultural work and non-agricultural activities only by women.

**Keywords:** Family Agriculture; Genre; Female Work.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar das mulheres serem a maioria da população, tradicionalmente elas apresentam inferioridade econômica, social, cultural e política (HORA, NOBRE, BUTTO, 2021; MELO E DI SABBATO, 2009; BRUMER, 2004). A origem desta desigualdade é histórica na sociedade e está diretamente relacionada com a forma como se visualiza o papel da mulher nas instituições políticas, sociais e culturais do nosso país (DINIZ e CAVENAGHI, 2013). Ainda, de acordo com os autores, embora se discuta questões relacionadas ao *empoderamento* das mulheres como forma de superar as desigualdades entre os sexos, ainda há muito a ser realizado. Um exemplo disso é a questão do trabalho, pois, as mulheres ainda trabalham mais que os homens e recebem uma remuneração inferior (DINIZ e CAVENAGHI, 2013).

Conforme a Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO (2011), a mulher tem papel fundamental na economia rural, contribuindo significativamente com seu trabalho na agricultura e pecuária. Além disso, as atividades realizadas por mulheres no âmbito doméstico destacam-se como fundamentais para o bem-estar da família. Entretanto, estas características podem contribuir para que as mulheres se tornem excluídas do processo econômico agropecuário por possuírem uma carga de trabalho superior a dos homens. Isso decorre em razão de que, além dos trabalhos agrícolas, as mulheres também desempenham atividades domésticas e são responsáveis pela produção de alimentos destinados ao consumo familiar. Esta carga de trabalho doméstico não é remunerada e limita sua participação em outras atividades que possam contribuir com a geração de renda familiar (FAO, 2011).

Dados como o do Censo Agropecuário de 2017 reforçam os argumentos acima mencionados de que a chefia das propriedades se concentra predominantemente em “mãos” masculinas, uma vez que apenas 945.490 estabelecimentos brasileiros são comandados por mulheres de um total de 5.072.152. No Rio Grande do Sul, o cenário não é diferente: de um total de 365.052 estabelecimentos, 43.893 são comandados por mulheres. No entanto, é importante destacar que as propriedades chefiadas por mulheres, são tão bem-sucedidas quanto àquelas chefiadas por homens, no tocante a geração de renda agropecuária (FAO, 2011).

A esse respeito, Butto (2011), destaca que é possível perceber o protagonismo das organizações de mulheres autônomas, sindicais e sem-terra em busca de direitos para mulheres rurais. Ao realizarem grandes mobilizações para reivindicar direitos sociais e econômicos, conseguiram maior reconhecimento perante a sociedade. A partir disso, deu-se início à implantação de políticas públicas direcionadas às mulheres rurais, que contribuíram para o desenvolvimento rural (BUTTO, 2011).

Entre os direitos adquiridos, Butto (2011) destaca a igualdade no acesso às terras, por intermédio da reforma agrária, direitos à previdência social, linhas específicas de crédito para as mulheres, como é o caso do Pronaf Mulher, entre outros. Além disso, as mulheres foram incluídas no acesso à assistência técnica e extensão rural. Como resposta a estas organizações

e inclusão das mulheres rurais em políticas públicas, o que se espera é um olhar diferenciado sobre a mulher e o seu trabalho (BUTTO, 2011).

Em se tratando especificamente do ambiente acadêmico, estudos sobre as mulheres do espaço rural no Rio Grande do Sul, especialmente as pertencentes à agricultura familiar, têm abordado as mais diferentes temáticas. Esta diversidade dos temas abrange desde a inserção das mulheres nas políticas públicas (SPANEVERELLO et al. 2021; SPANEVERELLO, MATTE e BOSCARDIN, 2016; HERNANDEZ, 2009); as dinâmicas de sucessão geracional (GRUBBSTRÖM; SOOVÄLI- SEPPING, 2012; RIETVELD, 2020; MANN, 2007; SILVESTRO et al., 2001); as mulheres em movimentos sociais (FAXON, 2020; SILVA; VALENTE, 2013; FRANCHI, 2011), a questão da violência contra mulheres rurais (COSTA, et al., 2019; COSTA, et al., 2017; COSTA e LOPES, 2012), a saúde e as vulnerabilidades das mulheres rurais em assentamentos de Reforma Agrária (CABRAL, 2014), a apropriação das mulheres pelas tecnologias de informação e comunicação (SCHWARTZ, 2012), além da discussão da questão do trabalho exercido por elas (SPANEVERELLO, et al., 2020).

Sobre o trabalho exercido pelas mulheres rurais, Brumer (2004) e Langbecker (2016) demonstram que, tradicionalmente, o trabalho das mulheres é marcado pela divisão entre trabalho agrícola e doméstico. A relação entre produção e reprodução se materializa na relação entre trabalho remunerado e não remunerado, e nas relações sociais entre os sexos. Como “destino natural dos sexos” se define a produção e a remuneração aos homens, e a reprodução e o trabalho não remunerado às mulheres (HERNANDEZ, 2009). Outros estudos, como o de Castilho (2009) e Lunardi (2012), dão visibilidade a outra forma de trabalho exercido pelas mulheres rurais: as atividades não agrícolas. Neste contexto, discutem o papel e a importância das mulheres neste tipo de trabalho, haja vista as possibilidades de ampliação de suas autonomias, especialmente, a partir da geração de renda.

A par disto, este estudo tem como cenário a temática do trabalho feminino no espaço rural. O objetivo é discutir o trabalho feminino agrícola (com destaque para a produção leiteira) e não agrícola no estado do Rio Grande do Sul, salientando o trabalho e a dentro na produção de leite (atividade agrícola) e mulheres que trabalham em agroindústrias como assalariadas e com atividades autônomas (atividades não agrícolas). Considera-se existir diferenças na forma como as mulheres exercem o trabalho e a gestão das atividades na produção de leite e na produção não agrícola.

O trabalho está estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresenta-se uma breve discussão a respeito das atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, dialogando com a literatura referente ao tema. Em seguida, são demonstradas informações referentes à representatividade do trabalho das mulheres no rural, a partir de dados secundários. Após esta seção, busca-se retratar o trabalho das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas e as implicações a partir desta questão, com base em pesquisas empíricas.

## 2 ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS

A agricultura familiar ocupa lugar expressivo na produção agropecuária e no pessoal ocupado. De acordo com dados do Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, haviam 378.546 propriedades em 6.171.622 hectares, o que representa aproximadamente 85% das propriedades rurais do Rio Grande do Sul. Em termos produtivos, a agricultura familiar contribui significativamente para a produção de alimentos básicos, como mandioca, feijão, milho, suínos, aves e leite (FEIX; LEUSIN JÚNIOR, 2015). Desde a década de 1960, esta agricultura familiar passou pelo processo de modernização das atividades agropecuárias, com o objetivo de elevar a produção e produtividade da agricultura voltada a produzir grãos, tais como soja e trigo, deixando de lado a diversificação produtiva.

O estado do Rio Grande do Sul apresenta uma diversidade quando se trata de sistemas produtivos. A ocorrência destas diferenças pode estar ligada aos variados tipos de colonizações inseridas no estado, bem como das condições edafoclimáticas (FERNANDES, 2012). Na metade norte, destacam-se as propriedades de agricultores familiares, nas quais predominam as atividades e produções diversificadas oriundas principalmente da colonização de imigrantes alemães e italianos (FERNANDES, 2012), e que são caracterizadas pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 como áreas de até quatro módulos fiscais<sup>7</sup>, cultivadas predominantemente por mão de obra familiar, cuja principal fonte de renda seja oriunda das atividades vinculadas ao estabelecimento e que a administração seja realizada pela família.

No outro extremo do estado, na metade sul, o processo de ocupação e desenvolvimento das atividades agropecuárias ocorreu por portugueses, através da formação de sesmarias, tendo como principal sistema de produção a bovinocultura de corte de forma extensiva, que não obedeceu a um processo de tecnificação baseado no cultivo de soja e trigo através do uso de maquinários e insumos químicos como a metade norte do estado (RIBEIRO, 2009). O que pode ser visto, segundo Bandeira (1994), são alguns processos de modernização tecnológica inseridos na produção da bovinocultura, tais como o melhoramento genético, sem desconsiderar a presença de pecuarista de pequeno porte, considerado familiares.

Conterato e Schneider (2006) atestam que o progresso técnico teve papel importante nas transformações da agricultura e da pecuária familiar, tanto no que se refere aos efeitos positivos como negativos. Um dos principais efeitos negativos é o êxodo rural, motivado pela dispensa de mão de obra no campo (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1999). Para Castilho e Silva (2009) e Conterato e Schneider (2006), a modernização da agricultura e a transformação do meio rural ocasionaram uma diminuição do trabalho agrícola nesse espaço. Em função disso, a migração para espaços urbanos em busca das alternativas de trabalho se intensificou.

---

7 Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município; (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar”. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (LANDAU, et al., 2012).

Não obstante a diminuição dos postos de trabalho e das pessoas no campo, tem-se assistido à implementação de novas formas de atividades não agrícolas no meio rural como é o caso da agroindustrialização da produção primária, turismo e lazer, artesanato, conversação da natureza, entre outras. Conforme Schneider (2009), os fatores explicativos para o surgimento dessas atividades anteriormente citadas— entre os quais está a crise da agricultura, especialmente marcada pelas dificuldades no setor agroexportador desde o início da década de 1990 são a modernização tecnológica agrícola e a própria falta de empregos na agricultura. De acordo com Castilho e Silva (2009), o rural vem passando por transformações e, por isto mesmo, não se pode afirmar seu exclusivismo agrícola. No Rio Grande do Sul, por exemplo, observa-se o aumento de atividades não agrícolas, tais como e a pluriatividade, cuja definição está diretamente associada pela combinação de múltiplas inserções ocupacionais pelos membros das famílias agrícolas e não agrícolas, inclusive pelas mulheres.

Schneider (2009) define as atividades não agrícolas como àquelas desenvolvidas pelos indivíduos em outros ramos ou setores da economia, sendo a indústria, o comércio e os serviços os mais tradicionais. Já as consideradas atividades para-agrícolas constituem-se, normalmente, em uma extensão das atividades agrícolas praticadas, sendo um processamento que visa agregação de valor a partir de alguma matéria-prima já existente na propriedade ou de fora.

Para Lunardi (2012), o rural é um espaço muito diversificado, no qual é possível a proliferação de serviços e produtos. Portanto, existe uma mudança no contexto rural e, como consequência, as famílias rurais precisam se reestruturar economicamente. A possibilidade de conciliar trabalhos agrícolas e não agrícolas é a alternativa existente. Para a autora, entre as principais atividades não agrícolas, que são desenvolvidas para se adequar à nova realidade do contexto rural, estão o turismo rural e o beneficiamento de produtos (agroindústria e artesanato).

Castilho e Silva (2009) acreditam que o efeito da pluriatividade nas famílias de agricultores familiares, além de aumentar a renda e gerar certa estabilidade financeira à família, também aumenta as chances de agricultores permanecerem no rural. Silva *et al.* (2011), analisando a relação do trabalho entre homens e mulheres em atividades não agrícolas no RS, na década de 2000 (período entre 2001 – 2007), afirmam ocorrer um crescimento da população do campo em atividades não agrícolas. Os autores asseguram que, no período analisado, cresceu o número de homens e mulheres envolvidos neste tipo de atividade (tanto na pluriatividade, como para-agrícola e não agrícola). Segundo eles, no período analisado, o número de homens ocupados em atividades não agrícolas crescia em torno de 2.2% ao ano, enquanto o número de mulheres apresentava um crescimento de 5.9% ao ano. Por outro lado, o número de homens ocupados em atividades não agrícolas se manteve estável, enquanto o de mulheres diminuiu 2.0% ao ano.

De um modo geral, a literatura aponta para uma diversidade de situações e para um dinamismo no que se refere às formas de articulação e distribuição entre as atividades agrícolas e não agrícolas no rural, notadamente para as mulheres. Tais configurações tendem a se relacionarem com as mudanças produtivas, socioeconômicas e ambientais do rural.

### 3 TRABALHO DAS MULHERES NO MEIO RURAL

O trabalho de mulheres no meio rural foi analisado inicialmente por Gasson e Errington (1993). No estudo, os autores identificam esta divisão sexual do trabalho, no qual as mulheres de propriedades são encarregadas do cuidado com animais de pequeno porte, como suínos e aves. Além disso, as mulheres são responsáveis pelos bezerros, pela limpeza de equipamentos e ordenha de vacas, não sendo incumbidas do trabalho agrícola. Também, as mulheres trabalham nas atividades agrícolas depois de terem realizado as atividades domésticas ou, muitas vezes, deixando de lado os afazeres domésticos e acompanhando o marido na realização do trabalho agrícola (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Posteriormente, Brumer (2004) e Paulilo (2004) retratam que o trabalho feminino no meio rural tem como base a divisão sexual entre as atividades domésticas e as atividades “de lavoura” ou agrícola. O trabalho das mulheres nas atividades agrícolas geralmente envolve afazeres com algumas características específicas, tais como as que requerem execução manual (limpeza do solo e de colheita dos produtos), processamento (seleção, embalagem, entre outros) de produtos agrícolas, trato e cuidado diário de animais (incluindo a retirada de leite e a criação de animais pequenos destinados, principalmente, ao autoconsumo) e trabalhos da horta (geralmente doméstico).

De acordo com Kasi (2010), diversos estudos destacam o papel vital que as mulheres desempenham em todas as atividades relacionadas à exploração agropecuária, os quais variam desde o trato dos animais até a comercialização dos produtos. Elas constituem uma elevada proporção da força de trabalho no setor agropecuário, mesmo não sejam ativas na tomada de decisão.

O resultado desta divisão de tarefas é a “invisibilidade do trabalho feminino”, no entendimento de que mulheres têm um papel secundário nas atividades da propriedade. Isto posto, nota-se que elas se ocupam do trabalho que garante o bem-estar e a manutenção da família, sendo esta uma atividade vista como não remunerada monetariamente no rural. Ao contrário, as tarefas exercidas por seus irmãos ou pai, sim, são identificadas como trabalho verdadeiramente produtivo (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004).

Conforme Brumer (2004; 2012), apesar das mulheres representarem uma força de trabalho importante, aproximadamente 80% das propriedades familiares, parte significativa tem sua força de trabalho mais intensa nas atividades domésticas ou de autoconsumo, com baixa participação na gestão da propriedade e comercialização da produção. Os dados de Di Sabbato *et al.* (2009) revelam que as principais atividades desempenhadas pelas mulheres nas propriedades, à época, eram: criação de aves e pequenos animais (80,6%), horticultura/floricultura (49,7%) e silvicultura (36,6%), enquanto que os homens estavam ocupados de forma mais expressiva nas atividades de lavoura (72,5%) e pecuária (82,9%).

Segundo Gasson e Errington (1993), em um trabalho publicado na década de 90, as mulheres dificilmente dirigem maquinários para realizar o plantio, tratamentos culturais e a colheita ou efetuam a compra de animais, raramente fazem financiamentos ou possuem contas em banco ou determinam quais os cultivos serão plantados na safra agrícola. Nesse caso, o trabalho das mulheres nas atividades produtivas envolve algumas tarefas mais selecionadas

à demanda de mão de obra, geralmente realizada com baixo grau de tecnificação, seja no âmbito doméstico ou agrícola.

O trabalho de Hernández (2009) revela que a distribuição das tarefas na esfera doméstica tende a ocorrer quando as mulheres precisam se ausentar de casa. Nestes casos, segundo a autora, os maridos ou filhos assumem algumas das atividades. Mas, não raro são as mulheres que deixam tudo organizado (casa limpa, roupa lavada, comida congelada), pois não se desligam de suas responsabilidades de mulher, pois que isso faz parte do seu *habitus* ou das suas práticas cotidianas.

Além disso, Gasson e Errington (1993) argumentam que as mulheres não se envolvem com a gestão da propriedade, apenas os homens administram os recursos originados da comercialização da produção. Elas nem sempre detêm os conhecimentos tecnológicos que são necessários para a administração da propriedade rural. Por isso, os homens assumem tarefas como comprar insumos, falar com técnicos, vender a produção, comprar máquinas ou equipamentos para a propriedade, contrair investimentos bancários, depositar e sacar dinheiro, entre outros.

Segundo Brumer (2004; 2014), esta divisão é repassada aos filhos que participam desde cedo dos trabalhos executados na propriedade. Os rapazes costumam ajudar o pai no trabalho agrícola, enquanto as moças ajudam as mães no espaço doméstico. No decorrer do tempo, os filhos vão assumindo suas responsabilidades dentro do estabelecimento, os do sexo masculino, diretamente na produção agrícola, e, os do sexo feminino, nas atividades domésticas. Esta diferenciação gera um não reconhecimento do trabalho executado pelas mulheres, entendendo que quem fica na sucessão são os filhos homens, porque eles entendem do trabalho agrícola.

Brumer e Giacobbo (1983) reforçam que em propriedades menores, com baixo grau de tecnificação, onde a produção de subsistência é fundamental para as famílias, as mulheres têm um papel central à frente do trabalho, sendo a principal mão de obra, organizando a produção e as atividades. Por outro lado, em propriedades maiores, com grau de tecnificação significativo, as mulheres tendem a assumir o papel de gestoras, apenas auxiliando os maridos no diálogo com técnicos, assumindo serviços bancários. Nesta configuração, o trabalho é de responsabilidade de trabalhadores contratados.

As condições em que as mulheres estão à frente da propriedade exercendo o trabalho de gestão, segundo Castilho e Silva e Schneider (2010), ocorrem quando estas estão viúvas, solteiras e na ausência de homens na família. Situação semelhante é identificada por Langbecker e Perleberg (2014) em que as mulheres da região o sul do RS estão à frente do trabalho na produção de pecuária de corte, quando do falecimento dos pais, separação e viuvez.

Já a atividade leiteira, segundo Menasche e Escher (1996) e Magalhães (2009), tende a ser de domínio da mulher, com o aprendizado das técnicas de produção repassado entre as gerações (das mães para as filhas). Conforme o trabalho de Magalhães (2009), da mesma forma em que as mulheres “ajudam” nas atividades da lavoura, os homens “ajudam” na ordenha ou alimentação das vacas. Neste caso, o exercício desta atividade pelos homens tem um caráter secundário, reforçando o papel da mulher no comando da atividade no

interior da propriedade, especialmente no processo de ordenha, limpeza e fabricação de subprodutos (quando for o caso).

Externamente às propriedades, os homens geralmente são responsáveis pela comercialização da produção (as notas são emitidas no seu nome) e pelo recebimento do pagamento. No entanto, a centralidade do papel da mulher na produção do leite (ao menos no aspecto produtivo) pode ser modificada em razão do padrão de modernização e inovação tecnológica pela qual vem passando (MILANI, et al., 2014).

Em outras atividades de pecuária, como é o caso da pecuária de corte, Langbecker (2016) demonstra que o trabalho das mulheres é muitas vezes é pouco reconhecida, pois, culturalmente, é vista como uma atividade masculina. A autora descreve ainda que as tarefas domésticas realizadas por mulheres se caracterizam por uma posição subalterna aos homens.

Langbecker (2016) também identificou em seu estudo a presença da divisão sexual do trabalho, que é considerada “normal” entre as mulheres. Isso significa que esta desvalorização do trabalho feminino é mantida pelas próprias famílias que estão inseridas na pecuária, sendo apenas os homens “criados” para a manutenção econômica da família. Esta condição cria o que Bourdieu (2002) denomina como *habitus*, no qual os indivíduos trazem suas percepções como normais ou naturais, pois, são sistemas impostos por gerações passadas. Portanto, são sistemas perceptíveis e que são desenvolvidos de maneira prática pela sociedade.

Para Litre (2010), sem as tarefas exercidas por mulheres, o trabalho produtivo não se viabiliza, pois a produção e a reprodução das atividades produtivas dependem dos afazeres domésticos. Além destas atividades, as mulheres também exercem trabalhos ditos como “masculinos”, como o manejo e a sanidade do gado, os cuidados com a reprodução dos animais, a contabilidade da unidade produtiva, o manejo com máquinas agrícolas e a comercialização.

As condições diferenciadas em que as mulheres apresentam algum protagonismo no trabalho das propriedades são demarcados, segundo estudos, por contextos específicos, como é o caso das mulheres que exercem as atividades não agrícolas. Conforme Silva (2009), as atividades não agrícolas, além de possibilitarem um rendimento individual, proporcionam estabilidade e previsibilidade aos rendimentos, o que pode alterar as posições sociais na família, ao questionar o papel de provedor do homem, enquanto chefe de família.

Corroborando com estas constatações, Bharadwaj *et al.* (2013), demonstram que uma proporção significativa de mulheres do rural norte americano, ocupadas em atividades não agrícolas, apresentam uma motivação financeira, o que sugere que estas trabalhadoras dão grande importância à manutenção da segurança monetária da família. Os resultados desta pesquisa apontam que 57% das mulheres declararam motivações financeiras, 18% delas reportaram razões sociais, 16% declararam desejo de manter suas habilidades em prática, enquanto 9% apresentaram razões diversas para estarem envolvidas em atividades não agrícolas. Ainda conforme as autoras, os diferentes tipos de motivações são afetados por características individuais, familiares e pela situação financeira da família (BHARADWAJ, et al., 2013).



Lunardi e Almeida (2008) analisaram o trabalho das mulheres no turismo rural na região dos Campos de Cima da Serra no RS, em propriedades que as mulheres são as gerentes dos negócios. Nesta perspectiva, o turismo é visto como uma complementação da renda, sem a necessidade de sair dos lares, pois as propriedades e as instalações, como a casa, servem para desenvolver a atividade e muitos dos serviços oferecidos (especialmente alimentação) fazem parte do saber fazer das mulheres envolvidas na atividade.

#### **4 METODOLOGIA**

Como suporte metodológico para o desenvolvimento do presente trabalho, são utilizadas referências bibliográficas relacionadas ao trabalho das mulheres nas atividades agrícolas, bem como no exercício das atividades não agrícolas produzidas no âmbito acadêmico, especialmente referências que retratam as mulheres rurais da região sul do Brasil. O recorte temporal destas referências é do ano de 2000 em diante, disponibilizadas nos Periódicos CAPES. As principais referências destacadas dão suporte à discussão das mulheres no trabalho agrícola e doméstico e o significado do trabalho feminino, em distintas condições socioeconômicas das propriedades e dos sistemas de produção (agricultura ou pecuária, ou ambas). Quanto às produções não agrícolas discute-se com referências que trazem a importância destas atividades para a geração de renda e trabalho autônomo para as mulheres em contraponto ao trabalho agrícola tradicionalmente exercido. Entre as principais referências analisadas destacam-se: Brumer (2004), Paulilo (2004), Castilho e Silva (2009), Litre (2010), Lunardi (2012), Milani et al. (2014), Spanevello et al. (2016), Langbecker (2016).

Além da revisão bibliográfica, utilizados entrevistadas mulheres que trabalham com a produção de leite (atividade agrícola) e mulheres que trabalham em agroindústrias como assalariadas e com atividades autônomas (atividades não agrícolas), no estado do Rio Grande Sul, em especial nas regiões Noroeste e Nordeste do estado. No caso da atividade leiteira foram entrevistadas 68 mulheres de 21 municípios enquadradas em sistemas de produção distintos conforme as variáveis tecnológicas. Quanto a atividades não agrícolas foram entrevistadas 17 mulheres do município de Arvorezinha, localizado no Nordeste gaúcho. As entrevistas foram realizadas diretamente com as mulheres nas suas propriedades ou nos locais onde trabalham (no caso das atividades não-agrícolas) e os dados foram sistematizados e analisados com o auxílio do Microsoft Excel. Estes estudos e pesquisas foram realizados no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões.

#### **5 RESULTADOS DE PESQUISAS EMPÍRICAS: TRABALHO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS**

Os resultados das pesquisas detalhadas dizem respeito aos trabalhos realizados no âmbito do Núcleo de pesquisas e extensão em Agronegócios (NPEAGRO), efetivados com a temática do trabalho das mulheres no rural no Rio Grande do Sul, em especial na atividade leiteira e em atividades não agrícolas.

## 5.1 O trabalho exercido pelas mulheres na atividade leiteira

A presente seção contempla informações referentes ao trabalho exercido pelas mulheres nas atividades agrícolas. A análise diz respeito a um total de 63 entrevistas, distribuídas em 21 municípios da região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, as quais trabalham com distintos sistemas de produção de leite estratificados, conforme as variáveis tecnológicas (esta pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq). A metodologia de estratificação dos sistemas de produção de leite obedeceu ao estabelecido no trabalho de Gehlen (2000), o qual classifica os produtores do grau de tecnificação da atividade e da importância da renda do leite para a propriedade, gerando tipos distintos de produtores, desde modernos aos tradicionais.

O estudo foi realizado no período de 2011 e 2015 e permitiu identificar três sistemas de produção: 1) Modernos; 2) Em transição; e 3) Descapitalizados. No sistema Moderno de produção, enquadraram-se 21 mulheres, 21 no sistema em transição e 25 no sistema tradicional (o artigo referente a este trabalho está publicado em: Spanevello, R. M.; Oliveira, S. V. de; Lago, A.; Christofari, L. F.; Andreatta, T. & Chechi, L. A. O trabalho das mulheres na pecuária leiteira: análise em contextos de produção modernos, tradicionais e em transição no Rio Grande do Sul. DRD - Desenvolvimento Regional Em Debate, 10, 655-676. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2826>).

No sistema Moderno estão as propriedades em que o leite é a principal atividade. Além disso, a renda é superior, se comparada aos outros dois sistemas, bem como o grau de tecnificação (maior número de vacas, com ordenha mecanizada, raça especializada adquirida de produtores especializados, alimentação balanceada), incluindo a presença da mão de obra contratada especificamente para a atividade, com bonificação pela qualidade da produção. Neste sistema, as propriedades investem constantemente na atividade, com investimentos anuais e de tecnologia de ponta.

No sistema em Transição, o leite divide importância com outras atividades (geralmente grãos), não sendo a principal ocupação da propriedade. A contratação da mão de obra é temporária, o nível tecnológico não é apurado (criam os animais na propriedade, a ordenha nem sempre é numa sala específica para tal atividade, e a alimentação também não obedece a critérios técnicos) Geralmente recebem bonificação por quantidade e não qualidade e os investimentos na atividade são realizados quando necessário.

Quanto à caracterização do sistema em Descapitalizados, pode-se afirmar que, nestas propriedades, a atividade leiteira não prioridade (sendo produzido também grão), não contratam mão de obra e a renda é menor quando comparada com outras atividades agrícolas. Assim, como o nível tecnológico é baixo (os animais são criados na propriedade, a ordenha é manual, alimentação não é balanceada pela produção dos animais), sem recebimento de bonificação e nem realização de investimentos frequentes na atividade.

Com relação ao perfil das mulheres que trabalham em cada um dos três sistemas, pode-se dizer que: as enquadradas no sistema Moderno são as mais jovens (entre 36 e 50 anos) e com maior grau de escolaridade (tendo entrevistadas com ensino médio completo,

nível técnico e com nível superior). Neste grupo, também se concentram o maior percentual de mulheres solteiras e sem filhos.

O grupo em Transição e o Descapitalizado concentram as mulheres com menor grau de escolaridade (em média quatro anos de estudos, sendo possível encontrar mulheres com nível técnico também), todas praticamente casadas, com filhos e com faixa etária mais elevada quando comparada com as Modernas (entre 50 e 64 anos). Mulheres com benefícios sociais como a aposentadoria rural também estão no grupo Tradicional.

## 5.2 O trabalho exercido pelas mulheres nas atividades não agrícolas

Nesta seção, apresentam-se os dados referentes às atividades não agrícolas exercidas pelas mulheres, os quais foram obtidos por meio de entrevistas realizadas junto a 20 mulheres rurais, que exercem este tipo de atividade na região nordeste, mais especificamente no município de Arvorezinha, estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 2016 e 2017.

Considerando as mulheres que exercem as atividades não agrícolas, o perfil das entrevistadas aponta para faixa etária entre 21 e 60 anos de idade, sendo a maioria casada e com filhos (representando 70% das entrevistadas), com grau de escolaridade que varia desde quatro anos de frequência à escola até o ensino médio e curso superior incompleto. Na média, o conjunto das propriedades rurais não ultrapassa 10 hectares, com produção agrícola de fumo, milho, laranja, erva-mate e extração de lenha.

As mulheres entrevistadas exercem três tipos de atividades, obedecendo à classificação já apontada por Schneider (2003), em para -agrícolas, não-agrícolas e pluriativas. As atividades não agrícolas estão relacionadas à prestação de serviços e se destacam o trabalho assalariado nas ervateiras locais e agroindústria de frutas. As atividades para-agrícolas se referem, neste caso, ao processamento de legumes para elaboração de conservas, fabricação de doces, queijos, aipim descascado para venda. E as atividades consideradas como pluriatividade: fabricação de *capeletti* e massas, trabalho assalariado em agroindústria de frutas.

Esta diferenciação por tipo de atividade nos permite apontar que as mulheres dedicadas às atividades de prestação de serviço (trabalho assalariado nas ervateiras e nas agroindústrias de frutas) exercem uma jornada de trabalho fora da propriedade e frequentam a universidade à noite. Nestes casos, o trabalho agrícola e doméstico é exercido apenas nos finais de semana. Já as mulheres que executam trabalhos para-agrícolas estão na propriedade fazendo a transformação de produtos para a posterior comercialização. Ou seja, estão trabalhando em outra atividade que não representa nem a agrícola nem a doméstica. Esta mesma situação é encontrada com mulheres consideradas pluriativas, as quais dividem seu tempo no trabalho agrícola e nas demais não agrícolas (especialmente fazendo panificados, massas, trabalhando meio período em agroindústrias processadoras de frutas).

Nestes três casos, a principal atividade produtiva de ocupação da mão de obra feminina não é nem a atividade agrícola nem a doméstica, apontando para uma situação distinta em relação às mulheres envolvidas na produção leiteira já discutida anteriormente. Conforme Souza e Silva (2012), as mulheres têm um papel importante quando se trata

do desenvolvimento das atividades não agrícolas, pois cabe a elas, muitas vezes, a maior responsabilidade de realizar estas atividades, já que os homens estão voltados às tarefas agrícolas.

Quando perguntadas sobre suas funções nas tarefas das propriedades, percebe-se que as mesmas consideram sua mão de obra uma “ajuda”, principalmente, aos finais de semana, ou “quando sobra tempo” elas “ajudam” em casa. Isto demonstra que, somadas as atividades domésticas já exercidas, há “dupla jornada de trabalho” (ou mesmo “tripla jornada”) sendo exercida por grande parte destas mulheres. Ou seja, elas trabalham durante a semana, ou durante uma parte do dia e, quando encerram esta ocupação, ‘têm tempo’ para executar os demais trabalhos – domésticos ou “auxiliar” a família na atividade da propriedade, conforme também apontam os trabalhos de Brumer (2004) e Paulilo (2004).

### **5.3 Dinâmica da gestão e organização do trabalho feminino em atividades agrícolas e não agrícolas**

A partir das pesquisas empíricas relatadas, é possível observar duas situações em termos da organização do trabalho feminino. A primeira situação diz respeito às diferenciações entre homens e mulheres nas atividades agrícolas, em especial atividade de grãos e de leite. A segunda situação é registrada na diferenciação entre as próprias mulheres no que tange as atividades agrícolas e não agrícolas.

Considerando as tarefas desempenhadas no âmbito da produção leiteira, observam-se as diferenças entre as tarefas realizadas pelas mulheres e pelos homens, sendo que estas distinções são marcadas pela importância econômica que a atividade possui dentro da propriedade.

Em propriedades cujo grau tecnológico da atividade é mais elevado (modernas), sendo o leite a principal fonte de renda, o trabalho feminino se apresenta da seguinte forma: as mulheres têm uma atuação mais expressiva ou gastam mais seu tempo na gestão da atividade do que propriamente na ordenha, assim como os homens. Nestes casos, mulheres e homens se concentram na gestão da atividade (incluindo questões referentes à decisão de implementar a atividade, a participação em cursos de atualização técnica, venda da produção e as decisões sobre os investimentos a serem realizados).

A maior dedicação das mulheres à gestão está associada ao fato da renda gerada na atividade permitir a contratação de empregados para o trabalho de ordenha, higiene e limpeza, sobrando mais tempo a elas para a execução da gestão. Ao mesmo tempo, a modernização da agricultura, especialmente da produção de grãos, também afeta a disponibilidade de tempo dos homens para a produção de leite, associada à ideia de que quanto maior o rendimento da atividade, mais os homens estão inseridos nela. As condições em que as mulheres assumem a gestão efetiva (sem contar com a parceria dos homens) da atividade são quando os homens não exercem o trabalho agrícola, mas atividades fora da propriedade, ficando ao seu encargo a responsabilidade da produção leiteira, bem como pelo direcionamento dos recursos.

Nos sistemas em Transição e Tradicional, a produção leiteira é menos intensiva tecnologicamente e a geração de renda não é expressiva comparativamente a outras fontes (sendo a produção de grãos mais importante economicamente). As mulheres afirmaram

assumir toda a responsabilidade com a parte produtiva e contam com a ajuda do marido quando os mesmos estão em casa ou não tem compromisso com outras atividades, ou seja, “ajudam quando podem”. Na grande maioria dos casos, o papel que cabe aos homens (maridos ou filhos) é, principalmente, a alimentação dos animais. Isso inclui não apenas o fornecimento de alimentos no momento da ordenha, mas a preparação das pastagens. Conforme Akhtar e Khan (2000), a produção leiteira é originalmente entendida como uma atividade feminina. Em muitos países, são mulheres as responsáveis pela ordenha das vacas, confecção da manteiga, queijo e demais subprodutos do leite. Contudo, conforme ressaltam Batool *et al.* (2014), a participação das mulheres na atividade leiteira varia conforme a região, a cultura e seu status socioeconômico.

Ainda nestes sistemas, em Transição e Tradicionais, as mulheres não têm a gestão exclusiva em nenhum dos casos analisados. A gestão inclui contato com os técnicos, compra de insumos, atualização, novos conhecimentos e venda da produção. Observa-se a presença de forma mais direta dos homens (marido) do que das entrevistadas. Em alguns casos, também se registra a participação dos filhos homens, sogro ou pai.

O contato com os técnicos e a compra de insumos são duas incumbências vistas como “trabalho de homem” pelas próprias entrevistadas, pois são eles que geralmente vão à cidade nas reuniões das empresas, cooperativas ou agências de extensão rural e acabam criando vínculo direto com os técnicos. Da mesma forma, no referente à compra de insumos, especialmente adubos, sementes para a implementação de pastagens, no máximo, as mulheres dividem a responsabilidade com os maridos (quando afirmam ser uma atividade feita pelo casal), pois a formação de pastagens é uma das atividades delegadas aos homens.

No referente à comercialização da produção, apesar da confirmação do marido ser responsável em quase metade dos casos, observa-se, também, a efetivação da venda em conjunto nos sistemas Tradicionais e em Transição. A comercialização em conjunto significa que a mulher também tem seu nome incluído no bloco de produtor rural e a nota da comercialização do leite é emitida no nome do casal. Além disso, constata-se que a grande maioria das entrevistadas também possui conta bancária junto com o cônjuge. O dinheiro da venda do leite geralmente é depositado nesta conta. No entanto, nem sempre são as mulheres que movimentam os recursos. A realização dos investimentos para manter ou ampliar a atividade não é uma função exclusiva das mulheres em nenhum dos casos: as entrevistadas tendem a compartilhar com os maridos as decisões sobre como e onde investir (em animais, equipamentos, pastagens...) ou com toda a família. Este fato está atrelado, muitas vezes, devido à escassa inserção das mulheres nos espaços de decisões, nos quais tende a predominar a participação da figura masculina.

Os motivos que levaram as mulheres a desenvolver atividades não agrícolas são diversos, sendo o fato de ter sua própria renda o de maior relevância, ressaltando a importância de “ter o seu próprio dinheirinho”, “para suas coisas”. Outro aspecto desta motivação, segundo as entrevistadas, é a diminuição do tempo nas tarefas agrícolas, o que permitiu certo distanciamento do vínculo de atividades mais “penosas” e também sob a gestão e decisão masculina, principalmente sobre o destino da renda obtida. Como exemplo, as entrevistadas declararam, com expressão de alívio, poder exercer menos as atividades agrícolas, como é o caso da cultura do fumo bastante presente nas regiões estudadas. Nestes

casos, as atividades não agrícolas representam a possibilidade de exercer uma atividade menos intensa no trabalho manual (tendo em vista que o processo de produção do tabaco nas propriedades é pouco ou nada mecanizado), bem como a diminuição da exposição aos agrotóxicos.

A pesquisa com atividades não agrícolas reforça não apenas a entrada da renda para as mulheres como parte de uma estratégia da autonomia financeira, mas também como parte de uma estratégia de decisão sobre como investir o recurso: compras para a casa, pagamento de contas, viagens de lazer, estudos para os filhos, entre outros. Lunardi (2012) aponta que as inserções das mulheres em atividades não agrícolas são estratégicas e importantes para diluir a questão da desvalorização do trabalho feminino. Nestas situações, são as mulheres que, muitas vezes, detêm o saber sobre o processo de produção (especialmente panificados, doces, artesanato), sendo uma figura central na viabilidade do negócio.

Ainda no campo produtivo, Litre (2010) destaca que as mulheres inseridas na pecuária familiar costumam aumentar seu poder de barganha na propriedade para fugir da invisibilidade de seu trabalho. Entre as alternativas buscadas por elas estão: a associação com outras mulheres, empreendimentos próprios através de pequenos empréstimos, migração em busca de trabalhos não agrícolas e educação.

Souza e Silva (2012) argumentam que o exercício de atividades fora do escopo agrícola gera um rendimento monetário individual para as mulheres e não o rendimento indizível, como é o caso da renda agrícola geralmente sob o domínio do marido ou cônjuge. Como resultado, segundo as autoras, os rendimentos não agrícolas geram a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das mulheres e das suas famílias motivando autonomia e autoestima, podendo evitar o êxodo feminino para as cidades devido à maior valorização.

Quando a perspectiva de comparação do trabalho feminino é relacionada às atividades agrícolas e não agrícolas, constata-se a existência de diferenças entre a inserção das mulheres na organização do trabalho propriamente dito, assim como a gestão da atividade e da renda. O trabalho não agrícola parece ser uma escolha das entrevistadas, visando autonomia e “fuga” do trabalho agrícola, bem como por necessidade de ampliar a renda, enquanto que as mulheres, as quais trabalham na produção leiteira, têm esta atividade como uma tradição na propriedade (mesmo para aquelas que investiram em melhorias tecnológicas de produção, a atividade não é nova na propriedade).

Outro aspecto importante é a questão do gerenciamento da atividade. Na produção leiteira, a maioria das mulheres que gerenciam, fazem isso em conjunto com os cônjuges. No caso das atividades não agrícolas, o gerenciamento das atividades (quando as mulheres não são empregadas em agroindústrias) acontece de forma autônoma, bem como a renda que fica sob sua responsabilidade destinando a gastos que considera relevante ou importante. No caso da produção de leite, as mulheres dividem com os cônjuges sobre o destino da renda, ou compartilham a decisão com os mesmos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo discutir o trabalho feminino no rural com base nas atividades agrícolas e não agrícolas. A partir das discussões dos trabalhos realizados no estado

do Rio Grande do Sul sobre o trabalho feminino no rural, constatou-se que as mulheres exercem um conjunto de atividades, variando a forma de inserção e o tempo de dedicação a cada uma delas, tanto na produção leiteira como nas atividades não agrícolas.

No referente ao trabalho agrícola, em especial a produção de leite, o trabalho e a gestão da atividade mostram uma forma tradicional, com base na dependência e na divisão sexual. Como consequência, as mulheres, de modo geral, carecem de reconhecimento do quanto importante é o seu trabalho para a manutenção do grupo doméstico e das propriedades. Por outro lado, as atividades não agrícolas apresentam um cenário distinto de inserção no trabalho, o que permite inferir que nessa atividade as mulheres podem ter mais autonomia no processo produtivo, inclusive gerenciar a renda obtida.

A partir das análises dos trabalhos verifica-se que uma gama destes buscam dar visibilidade as mulheres rurais. Esta visibilidade é verificada tanto nas referências que tratam do trabalho agrícola e não agrícola em maior ou menor grau superando a discussão da participação das mulheres na condição de ajudante do marido ou exercendo atividades sem remuneração. Os trabalhos não agrícolas são exemplos das mudanças do papéis entre o trabalho dos homens e mulheres no meio rural, através da obtenção de renda própria, trabalho independente, entre outros.

No entanto, é preciso reconhecer que os resultados destas pesquisas não podem ser conclusivos no sentido de retratar as diferenças dos papéis das mulheres tanto nas atividades agrícolas como não agrícolas, carecendo de estudos em mais regiões do Rio Grande do Sul. É pertinente avançar em pesquisas que mostram, de forma mais ampla, este cenário na totalidade do estado, além de trabalhos que mostram como estas pesquisas como melhorar ou mudar este cenário de desvalorização do trabalho feminino no rural através de ações de políticas públicas, extensão rural, entre outras. de combate à violência contra as mulheres rurais, entre outras.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. S. **As raízes históricas do declínio da Região Sul**. In: ALONSO, J. A.F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 07-48.

BOURDIEU, P. **Le bal des célibataires** – Crise de la société paysane em Béarn. Seul: 2002.

BRUMER, A. **As perspectivas dos jovens agricultores no início do século XXI**. In: Renk, A.; DORIGON, C. (Orgs.) Juventude rural, cultura e mudança social. Argos: 2014, p. 115-138.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205-227, jan/abr. 2004.

BRUMER, A.; GIACOBBO, N. M. S. **O trabalho da mulher na pequena produção agrícola.** Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983.

BUTTO, A. **Políticas para mulheres rurais: Autonomia e Cidadania.** In: Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011. p. 11-36.

CABRAL, F. B. **Ciranda de roses: vulnerabilidade, demandas e necessidades de saúde de trabalhadores em assentamento rural.** 2014. 327 f. Tese (Doutorado). Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo. UNIFESP, São Paulo, 2014.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e **masculinização no Brasil.** Revista brasileira de estudos de população, Brasília. v.15, n.2. p. 45-65, 1998.

CASTILHO e SILVA, C. B. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul.** 2009. 109 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CASTILHO e SILVA, C. B.; SCHNEIDER, S. **Gênero, trabalho e pluriatividade.** In: SCOTT, P; CORDEIRO; R.; MENEZES, M (Org.) Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207.

CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar do Alto Uruguai, RS: mercantilização e estratégias de reprodução no município de Três Palmeiras.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 23, n. 2/3, p. 151-189, maio/dez. 2006

COSTA, M. C. **Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

COSTA, M.C.; LOPES, M.J.M. **Mulheres rurais vítimas de violência: elementos da integralidade nas práticas de cuidado dos profissionais da saúde.** Revista da Escola de Enfermagem da USP (Impresso), v. 46, p. 1088-1095, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000500008>

COSTA, M. C. da S.; E. B.; ARBOIT, J.; HONNEF, FERNANDA ; MARQUES, K. A.; BARBIERI, J.; SILVA, D. M. **Violência doméstica contra a mulher em contexto rural: reconhecimento das estratégias de atenção.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde (Online), v. 32, p. 1-10, 2019. Doi: <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9271>

COSTA, M. C. da S; E. B.; SOARES, J. S.; HONNEF, F.; BORTH, L. C. **Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede**



**de atenção à saúde.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 38, p. e59553-53, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.59553>

DINIZ, J. E.; CAVENAGHI, S. M. **Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil.** Revista de Ciências Sociais. Maringá, v18, n1, p83- 105, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>. Acesso em: 2 mai. 2017.

DOEGE, A. M. N. **As atividades não agrícolas exercidas por mulheres rurais.** 2015. 56p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, RS, 2015.

FAXON, HILARY OLIVA. **Securing meaningful life: Women's work and land rights in rural Myanmar.** Journal of Rural Studies. Volume 76, May 2020, Pages 76-84. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.03.011>

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2015.** Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/20150903painel-do-agronegocio-no-rs-2015.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Women in agriculture: closing the gender gap for development.** Roma: FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017

FRANCHI, N. **Trajatória do movimento de mulheres camponesas no RS: da invisibilidade ao protagonismo.** Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4260/NildaFranchi.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: abril de 2019.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business.** Wallingford: Cab International, 1993.

GEHLEN, I. et al. **Os anos noventa e o novo rural: transformações tecnológicas e impactos do desenvolvimento rural no contexto da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** UFRGS/IFCH. Programa de Pós- Graduação em Sociologia. Relatório de Pesquisa, 2000.

GRUBBSTRÖM, A.; SOOVÄLI- SEPPING, H. **Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession.** Journal of Historical Geography. Volume 38, Issue 3, July 2012, Pages 329-339. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jhg.2012.03.001>

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese. 2009. 248 p. (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. As mulheres no Censo Agropecuário 2017. FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: abril de 2019.

LANDAU, E. C. et al. Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. **Embrapa Milho e Sorgo-Documents (INFOTECA-E)**, 2012.

LANGBECKER, T. B.; PERLEBERG, C.S. **A contribuição da mulher pecuarista como potencial ator na preservação da atividade de corte no município de Dom Pedrito – RS**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.8, n.2. jan./jun. 2014.

LANGBECKER, T.B. **Trabalho e gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS**. 2016. 176 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LITRE, G. **Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no pampa do Uruguai, Argentina e Brasil**. 2010. 474 f. Tese (Centro de Desenvolvimento Sustentável – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2010.

LUNARDI, R. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. 2012. 220 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MANN, S. **Understanding Farm Succession by the Objective Hermeneutics Method**. Sociologia Ruralis. Volume 47. Edição 4. 2007. Doi: <https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1111/j.1467-9523.2007.00442.x>

MILANI, R. et al. Participação das mulheres no trabalho e na gestão da atividade leiteira, uma análise no noroeste gaúcho. In: 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014, Goiânia. *Anais...Goiânia: SOBER*. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.4>>. Acesso em:28 mar. 2022.

PAULILO, M. I. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan/abr. 2004.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural– Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. et al. **A Pluriatividade e as Condições de Vida dos Agricultores Familiares do Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da Agricultura Familiar. Ed. 1. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 137 - 164.

SOUZA, M. et al. **Análise das formas de ocupação e rendimentos de homens e mulheres nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul no período de 2001-2007**. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 29, n. 55, p. 259-284, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/9005/12510>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

SOUZA, R. E. M.; SILVA, M. da G. S. N. **MULHER: A quebra do paradigma da função reprodutiva**. *Revista Geografares*, nº10, p.203-224, Março, 2012. Disponível em: [www.periodicos.ufes.br/geografares/article/download/1694/1707](http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/download/1694/1707). Acesso em: 19 de fev. 2019.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. **Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. *Polis*, v. 44, set. 2016.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M.; FAGUNDES, C. C. **Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul**. *Revista Grifos – Unochapecó*. Dossiê: PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências. Edição Vol. 30, Núm. 51, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5418>

SPANEVELLO, R. M., et al. O trabalho das mulheres na pecuária leiteira: análise em contextos de produção modernos, tradicionais e em transição no Rio Grande do Sul (Brasil). 2020. *Drd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 10, 655–676. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2826>